

Conrado Paulino da Rosa

GUARDA COMPARTILHADA COATIVA

**A efetivação dos direitos
de crianças e adolescentes**

2ª edição

PREFÁCIO
Ministra NANCY ANDRIGHI

2019



EDITORA
JusPODIVM

www.editorajuspodivm.com.br

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Diagramação: Lupe Comunicação e Design (lupecomunicacao@gmail.com)

Capa: Ana Caquetti

R788g Rosa, Conrado Paulino da.
Guarda compartilhada coativa: a efetivação dos direitos de crianças e adolescentes /
Conrado Paulino da Rosa – 2ª edição – Salvador: Editora JusPodivm, 2019.
224 p.

Bibliografia.
ISBN 978-85-442-2986-6.

1. Direito da Criança. 2. Direito da Adolescente 3. Guarda Compartilhada. I. Rosa, Conrado Paulino da. II. Título.

CDD 342.17

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

Sumário

<i>Listagem de quadros</i>	13
<i>Listagem de gravuras</i>	15
<i>Lista de siglas</i>	17
1. Introdução	19
2. “Não é bem isso”: a implementação da guarda compartilhada e as dificuldades de sua compreensão pela sociedade	25
2.1 “Lugar de mulher é na cozinha”: uma breve análise histórica da família a partir das legislações brasileiras.....	26
2.2 “Vão-se os anéis... ficam os filhos”: o instituto do poder familiar e a sua manutenção após as rupturas relacionais	42
2.3 “Homem não tem jeito com criança”: o percurso do instituto da guarda no direito brasileiro	58
2.4 “Eu ganhei a guarda”: o compartilhamento como regra geral enquanto novo paradigma	83
3. “Mas isso é difícil na prática”: a compulsoriedade da guarda compartilhada em casos de litígio como forma de prevenção da alienação parental à luz da parentalidade responsável e da doutrina da proteção integral	107
3.1 “Quem não aprende no amor, aprende na dor”: a alienação parental como realidade presente nas dissoluções conjugais	108
3.2 “Eu quero que o juiz diga pra ELES”: o papel do Judiciário na efetivação do compartilhamento de guarda.....	128
3.3 “Foi ele(a) que começou”: a guarda compartilhada coativa à luz do princípio da parentalidade responsável e da doutrina da proteção integral de crianças e adolescentes como meio de promoção da igualdade parental	146

3.4	“E viveram felizes para sempre?": as ferramentas necessárias para a manutenção de um ambiente igualitário	165
4.	Considerações Finais	179
	<i>Referências</i>	185
	Apêndice A – Roteiro de análise de documentos	201
	Apêndice B – Quadro modificado pelo autor a partir dos dados das Estatísticas do Registro Civil relativas ao ano de 2015, resultado da coleta das informações prestadas pelos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais, Varas de Família, Foros ou Varas Cíveis e os Tabelionatos de Notas do País	203
	Anexo A – Projeto de Lei n. 6350/2002, de autoria do Deputado Federal Tilden Santiago – MG	205
	Anexo B – Projeto de Lei n. 1009/2011, de autoria do Deputado Federal Arnaldo Faria de Sá – PTB/SP	211